Medida Provisória n° 1082, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Explicação da Ementa:

Alteração do percentual mínimo de 40% no repasse obrigatório da União ao FUNPEN, idependetemente de convênio o ato congênere.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Finanças Públicas

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 19/05/2022 - Secretaria de Expediente

Último estado: 26/05/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

16/05/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Lucas Barreto (encerrado em 18/05/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

07/05/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

26/05/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 176, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 62/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.346 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 177 de 26/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

26/05/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI N° 14346 DE 2022.

TRAMITAÇÃO

DOU (Diário Oficial da União) - 26/05/2022 - Seção I - pág. 1.
Promulgada em 25/05/2022.

18/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Lucas Barreto por deliberação da matéria.

18/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 18/05/2022)
Proferido pelo Senador Lucas Barreto o Parecer nº 169/2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória, nos termos do parecer, com o seguinte resultado: Sim - 70 Não - 0, Abs. - 0, Pres. – 1, Total - 71.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 121-126 - DSF nº 74

Publicado no DSF Páginas 51-61 - DSF nº 74

17/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Lucas Barreto, às 11h20.

16/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado Relator de Plenário o Senador Lucas Barreto.

11/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Publicado no DSF Páginas 70-73 - DSF nº 74

11/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/2022/SGM-P.

10/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pela Deputada Bia Kicis (PL/DF).

10/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício n° 40/2022, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 1.082/2021 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 10/5/2022 - 13h55 - 57ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designada Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas nºs 1 a 2, pela Comissão

TRAMITAÇÃO

Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pela Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.082, de 2021 e das 2 emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.082, de 2021, e pela rejeição das Emendas n°s 1 e 2.
Discutiram a Matéria: Dep. Hildo Rocha (MDB-MA), Dep. Erika Kokay (PT-DF) e Dep. Zé Neto (PT-BA).
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.082, de 2021.
Votação das Emendas de Comissão, com parecer pela rejeição.
Rejeitadas as Emendas de Comissão.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.082-A/2021).

09/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pela Deputada Bia Kicis (PL/DF).

26/04/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designada Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF)

01/04/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 01/06/2022. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 1077 - DCN nº 12

01/04/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 14, de 31/03/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 01/04/2022 – Seção 1 – Página 1)

04/03/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/03/2022.

03/03/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

23/02/2022 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Mensagem n. 716/2021, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1082/2021, que 'Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios'".

TRAMITAÇÃO

23/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 40/2022, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.082, de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

23/02/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 40, de 23/02/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.082, de 2021.

04/02/2022 CMMPV 1082/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

04/02/2022 CMMPV 1082/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 2 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares:
Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE) 001; e Senador Fabiano Contarato (PT/ES) 002.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 10/02/2022.

Publicado no DCN Páginas 169-176 - DCN nº 3

01/02/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À COCM, para recebimento de emendas.

23/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 02/02/2022 a 02/04/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2022 a 03/02/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

23/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 23/12/2021, na página 1, a Medida Provisória 1082/2021.

Publicado no DOU Páginas 1

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

MPV 1082/2021

Data: 23/12/2021

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Calendário

Data: 23/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 02/02/2022 a 02/04/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2022 a 03/02/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 23/12/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 23/12/2021, na página 1, a Medida Provisória 1082/2021.

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quadro Comparativo

Data: 23/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 23/12/2021, na página 1, a Medida Provisória 1082/2021.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original da Medida Provisória nº 1.082/2021 e a legislação alterada.

Nota Técnica

Data: 26/01/2022

Autor: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Descrição/Ementa: NOTA TÉCNICA Nº 62/2021

EMENDA 1 - MPV 1082/2021

Data: 02/02/2022

Autor: Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

EMENDA 2 - MPV 1082/2021

Data: 03/02/2022

Autor: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Descrição/Ementa: Acrescenta-se artigos à LC 79/1994 alterada pelo art. 1º da MPV

Avulso de emendas

Data: 04/02/2022

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1082, de 2021

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 2 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE) 001; e Senador Fabiano Contarato (PT/ES) 002.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 10/02/2022.

OFCN 40/2022

Data: 23/02/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 40, de 23/02/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.082, de 2021.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória n° 1.082, de 2021.

Autógrafo aprovado na

Data: 11/05/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Avulso inicial da matéria

Data: 11/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 17/05/2022

Autor: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Lucas Barreto, às 11h20.

Descrição/Ementa: Relatorio MPV 1082-2021-PLEN

Ato

Data: 18/05/2022

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1082, de 2021, pelo período de sessenta dias.

Listagem ou relatório

Data: 18/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 18/05/2022)
Proferido pelo Senador Lucas Barreto o Parecer nº 169/2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória, nos termos do parecer, com o seguinte resultado: Sim - 70 Não - 0, Abs. - 0, Pres. – 1, Total - 71.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Votação nominal da Medida Provisória nº 1.082, de 2021 e seus Pressupostos Constitucionais.

P.S 169/2022 - PLEN

Data: 18/05/2022

Autor: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 18/05/2022)
Proferido pelo Senador Lucas Barreto o Parecer nº 169/2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória, nos termos do parecer, com o seguinte resultado: Sim - 70 Não - 0, Abs. - 0, Pres. – 1, Total - 71.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 169, de 2022-PLEN/SF

MPCN 62/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 176, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 62/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.346 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 177 de 26/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da

DOCUMENTOS

matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1082, de 2021.

OFCN 176/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 176, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 62/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.346 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 177 de 26/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1082, de 2021.

OFCN 177/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 176, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 62/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.346 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 177 de 26/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.082, de 2021.

Autógrafo - MPV 1082/2021

Data: 26/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 176, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 62/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.346 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 177 de 26/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ATCN 14/2022

Data: 04/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1082/2021, pelo período de sessenta dias.